

CAMPANHA SALARIAL 2015

Organizar a luta em defesa dos direitos e da isonomia

Rodadas de assembleias para definição da pauta de reivindicações acontecem no início de março. Objetivo é entregar a pauta ao Cruesp dia 27 de março. (Página 8)



Cronograma das eleições do Conselho de Representantes



Conselho é instância de organização por local de trabalho.

Página 2

Uma greve histórica



Confira nesta edição a avaliação da diretoria e um retrospecto das principais atividades da greve unificada de 2014.

Página 5

Saída para crise é aumento do financiamento



Fórum das Seis segue atuando para reajustar o percentual do ICMS repassado às universidades paulistas, congelado há quase 20 anos.

Página 8



Fernanda de Freitas

Os trabalhadores da Unicamp, que tiveram participação fundamental na greve unificada das três universidades estaduais paulistas no ano passado, já decidiram que não aceitarão retrocesso nas conquistas. Conforme deliberação da assembleia de 7 de novembro de 2014 (foto), é hora de mobilizar para garantir a isonomia.

STU também segue cobrando pauta específica

A greve conquistou o reajuste salarial com respeito à data-base, uma referência nos pisos (processo da isonomia), a retomada na Saúde para os trabalhadores da assistência, e o cumprimento da Súmula 444 do TST (pagamento em dobro a plantonistas nos feriados trabalhados).

Mas os trabalhadores da Unicamp seguem cobrando as reivindicações da pauta específica ainda não atendidas. E o STU seguirá organizando essa luta em 2015.

Pontos pendentes da pauta de reivindicações específicas:

- ▶ Complementação da segunda e terceira etapas do processo de isonomia salarial com a USP (1 referência para cada funcionário a partir de 1º/10/2014 mais 1 referência para 20% dos funcionários no processo avaliatório de 2014, além de 2 referências devidas nos pisos de níveis Médio e Superior). E efetivação do processo antes da data-base 2015, igualando os pisos e adequando a distribuição dos enquadramentos ao longo das faixas da carreira;
- ▶ Implementação das 30 horas para todos na Área de Saúde;
- ▶ Mais vagas nas creches;
- ▶ Vale refeição;
- ▶ Garantia e calendário da 2ª etapa da mudança de regime;
- ▶ Carreira;
- ▶ Extensão do auxílio alimentação aos aposentados;
- ▶ Isonomia para os contratados pela Unicamp e Funcamp;
- ▶ Redução do valor do fretado com vistas à gratuidade, e melhoria dos serviços e da mobilidade no transporte público e no circular interno.

Pontos implementados:

- ✓ REAJUSTE SALARIAL E RESPEITO À DATA-BASE
- ✓ UMA REFERÊNCIA NOS PISOS
- ✓ RESPEITO À SÚMULA 444 DO TST
- ✓ 30 HORAS PARA OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA NA SAÚDE

“Me disseram, porém / que eu viesse aqui /
pra pedir de romaria e prece / Paz nos desaventos /
Como eu não sei rezar / Só queria mostrar /
Meu olhar, meu olhar, meu olhar”
(Romaria, Elis Regina - composição: Renato Teixeira)

EDITORIAL

Avançar nas conquistas!

2014 garantiu uma importante vitória a comemorar: a derrota da intransigência do Conselho de Reitores (Cruesp) no processo da data-base e a difusão dos efeitos deletérios da política de sub-financiamento da educação superior paulista imposta pelos governos tucanos nos últimos 20 anos ao conjunto da sociedade paulista.

As universidades estaduais voltaram a ser pauta do debate público. Embora a mídia e o governo distorçam as responsabilidades sobre a crise que afeta USP, Unicamp e Unesp, fica cada vez mais evidente para a população que o problema é a falta de transparência, democracia e investimentos.

Não à toa o judiciário, no TRT de São Paulo e no Supremo Tribunal Federal, negou todas as tentativas da USP de jogar a conta da crise nas costas de seus trabalhadores e assegurou o respeito à data-base, à recomposição salarial frente à inflação e ao direito de greve (fazendo a USP pagar os salários que tinha descontado).

Em 2015 o STU seguirá junto com

as demais entidades que compõem o Fórum das Seis na trincheira da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e dos direitos dos trabalhadores.

É hora de retomar com força a luta pela reposição das perdas inflacionárias na data-base deste ano, por um plano de carreira que atenda as demandas da categoria, pela efetivação da isonomia salarial com a USP e em defesa de melhores condições de trabalho na Unicamp. E o STU tem plena confiança na capacidade de mobilização dos trabalhadores, que sempre conquistaram na luta os direitos que têm hoje.

O STU e os servidores da Unicamp também estarão na luta contra a retirada de direitos trabalhistas e sociais (como impõem as medidas provisórias 664 e 665, editadas pelo governo federal no início deste ano). E somarão forças na mobilização contra a privatização da água pelos governos tucanos e de outros estados.

IMAGEM



A mobilização dos servidores estaduais do Paraná foi muito boicotada pela mídia nacional, mas obteve uma vitória extraordinária. Depois de milhares funcionários públicos de diversas categorias ocuparem a Assembleia Legislativa paranaense por três dias seguidos e enfrentarem aquela que ficou conhecida como “a batalha da Alep”, o governador Beto Richa (PSDB) foi obrigado a recuar da votação do pacote de maldades que previa corte do auxílio transporte, instituição do regime complementar privado de aposentadoria, uso do fundo previdenciário dos servidores como orçamento regular do Estado, fim do pagamento de rescisões a contratados em regime de processo seletivo simplificado, extinção dos quinquênios, entre outros ataques. Antes, o governo paranaense já vinha atrasando o pagamento de diárias a policiais e bombeiros que atuam no esquema de segurança de verão no Estado, o pagamento do adicional de 1/3 de férias de todos os funcionários públicos estava suspenso e 29 mil educadores e 10 mil funcionários de outras áreas contratados por processo seletivo foram demitidos. O governador deve reapresentar as proposições, e por isso as categorias do funcionalismo estadual seguem mobilizadas. O STU apoia essa luta.

Organização

Eleições para o Conselho de Representantes

As eleições para recomposição do Conselho de Representantes (CR) do STU acontecerão por demanda das unidades entre 23 de fevereiro e 29 de maio. Nos locais de trabalho da Área de Saúde será organizado um calendário especial, de acordo com as especificidades dos serviços, no mesmo período.

Os integrantes eleitos neste pleito vão cumprir um mandato de transição, já que pelo regimento do CR as eleições regulares da gestão 2013/2015 do Conselho têm que acontecer no final deste ano.

O candidato deve se inscrever na sede do STU. A ficha de inscrição estará disponível no site do sindicato (www.stu.org.br). Só após a inscrição do(s) candidato(s) será aberto o processo eleitoral na respectiva unidade. Podem se candidatar todos os que tiverem ao menos três meses de sindicalização antes das eleições. Os eleitores podem se sindicalizar até o momento da votação.



Todos os trabalhadores da Unicamp podem se filiar ao STU (celetistas, estatutários, contratados via Funcamp, patrulheiros, docentes ou terceirizados). Basta dirigir-se ao sindicato e preencher a ficha de filiação. A contribuição sindical é de 1% do total dos vencimentos ao mês.

O trabalhador sindicalizado além de fortalecer a categoria tem direito a ser representado juridicamente. Existem também alguns benefícios, como descontos em convênios médico, odontológico e de lazer.

CONJUNTURA

Barrar a retirada de direitos e a falta de água!

Ano começou com ataques a direitos nos planos federal e estadual. Unidade da categoria com outros segmentos da classe trabalhadora é fundamental para defender as conquistas e impedir que a população sofra os efeitos das políticas que privatizam direitos.

O pacote de medidas baixado pelo governo federal nos primeiros dias deste ano levou à retomada da unidade das centrais sindicais na luta em defesa de direitos. No dia 28 de janeiro, CUT, CTB, Força Sindical, NCST (Nova Central Sindical dos Trabalhadores), CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) e a UGT (União Geral dos Trabalhadores) realizaram um Dia Nacional de Lutas com atos em 16 estados e no Distrito Federal. A CSP-Conlutas, que organiza várias entidades sindicais mas ainda não tem reconhecimento jurídico como central, também participou das manifestações.

As centrais cobram a revogação das medidas provisórias 664 e 665, que restringem o acesso dos trabalhadores a benefícios como o seguro-desemprego, abono salarial (PIS), auxílio-doença, pensão por morte e o seguro defeso (que garante o sustento dos pescadores no período de desova, quando a pesca é proibida no país).

A diretoria do STU avalia que as

MPs rompem o compromisso firmado pela presidenta Dilma Rousseff na campanha eleitoral de que não mexeria em direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”, e jogam sobre as costas dos trabalhadores a conta da crise econômica internacional que começa a mostrar efeitos mais duros na dinâmica da economia brasileira.

Como os metalúrgicos do ABC Paulista, que derrubaram uma onda de demissões com a realização de uma forte greve que durou 11 dias, e os servidores do Paraná que derrotaram o pacote de maldades do governador Beto Richa (PSDB), as centrais sindicais e sindicatos esperam garantir nas ruas o respeito aos direitos e conquistas.

Jornada de lutas

Está programada uma jornada nacional de lutas unificada das centrais com ações nos dias 2 e 18 de março. No dia 2, os protestos ocorreram nos estados, em frente às sedes das superintendências regionais do Ministério do Trabalho e Empleo

nas capitais. E no dia 18 o objetivo é construir um ato em frente ao Congresso Nacional. Na ocasião também serão cobrados os seguintes pontos: redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salários; fim do fator previdenciário (que reduz as aposentadorias em até 40% e impôs até mais três meses de trabalho para quem se aposentar por tempo de contribuição a partir deste ano); reforma agrária e urbana; retirada do projeto de lei 4330 da pauta do Congresso (o PL legaliza as terceirizações em qualquer setor da economia, precarizando direitos); redução dos juros e do superávit primário; taxação das grandes fortunas com tributação progressiva; uma reforma política promovida em uma constituinte soberana e exclusiva para democratizar a participação política, acabar com o financiamento privado de campanhas e garantir paridade entre mulheres e homens na representação parlamentar; a instituição de um marco regulatório para combater o monopólio na mídia; corre-

ção da tabela do imposto de renda; mais investimentos em saúde, educação e segurança; combate efetivo à corrupção e defesa da Petrobras como patrimônio do povo brasileiro.

Defesa da universidade

Nas universidades estaduais a luta será também pela garantia do financiamento e ampliação do repasse do ICMS, cujo percentual está congelado há quase 20 anos enquanto as instituições cresceram exponencialmente. No início deste ano, após usar sua maioria na Assembleia Legislativa para rejeitar as propostas de aumento do repasse da cota-parte do ICMS à Unicamp, USP e Unesp, o governador Geraldo Alckmin editou o decreto 61.061, de 16 de janeiro, contingenciando verbas de várias secretarias em 2015, o que afeta diretamente à educação superior. Dois dias antes do referido decreto (em 14 de janeiro), Alckmin sancionou a lei 15.685, aumentando seus vencimentos e dos secretários estaduais.

Crise da água em SP: uma tragédia anunciada!

No Estado de São Paulo a população enfrenta, além da inflação e das ameaças a direitos, a crise da falta de água, já sentida há meses nos bairros das periferias e nas cidades médias, e que agora não pode mais ser ocultada pela mídia. Produto de anos de falta de investimentos em novos sistemas de abastecimento e na manutenção técnica do modelo existente, a crise da água no Estado é produto direto da opção dos governos tucanos que agora tentam imputar a responsabilidade a São Pedro. Há pelo menos 12 anos técnicos da Sabesp e cientistas alertam para a saturação do sistema em vigor no Estado, sem respostas. Nas universidades estaduais paulistas é possível encontrar dezenas de pesquisas sobre o tema.

Recentemente, inclusive os reitores das instituições estaduais e

federais que funcionam no Estado anunciaram a criação de “um comitê de gestores das universidades para compartilhamento de boas práticas no uso racional da água e energia, disponibilizando-as à sociedade como exemplos”.

“A crise da água no Estado é fruto da opção dos tucanos”

Os reitores também criaram o “Painel Técnico-Acadêmico Permanente de Recursos Hídricos (PTA-Hidro), composto por pesquisadores e técnicos que lidam diretamente com o tema, responsável por compartilhar entre si e com a sociedade em geral as soluções téc-

nicas e organizacionais adotadas pelas universidades no planejamento, gestão e contingência da crise hídrica”. A iniciativa mostra a importância da produção desenvolvida na educação superior do Estado, há 20 anos sucateada pelo PSDB.

O problema não se restringe ao Estado de São Paulo, mas aqui há 20 anos o mesmo grupo político é responsável pela gestão estadual. Então, não há como empurrar a responsabilidade para outros governos. É o PSDB o responsável pelos efeitos da falta de água também na economia (geração de energia elétrica, funcionamento da indústria e comércio e dos serviços públicos), que certamente terão como consequência a perda de milhares de postos de trabalho, além da dificuldade que já é a vida sem água.

Ação

STU chama a categoria a organizar a mobilização

A diretoria do STU chama toda a categoria a participar das manifestações que estão sendo organizadas contra as MPs 664 e 665, e também em defesa do direito à água em São Paulo. Junto com a campanha salarial deste ano, vamos mobilizar em defesa dos direitos sociais e trabalhistas de todos os brasileiros.

CONJUNTURA

Novos ventos no cenário internacional denunciam peso da crise capitalista

Processos iniciados em Cuba e na Grécia terão reflexos em todo o mundo, especialmente para os trabalhadores.

Dois fatos internacionais marcam a crise em que o sistema capitalista e seu modelo de desenvolvimento predatório colocaram a humanidade. O primeiro é a retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, anunciada em 16 de dezembro passado, 54 anos após o início do embargo econômico que isolou a ilha na tentativa de minar o curso socialista que assumia a revolução que depôs o ditador Fulgêncio Batista em 1959. Longe de ser um gesto de boa vontade do governo Barack Obama, o processo foi motivado, como admitiu o presidente norte-americano, pelo fato de que o bloqueio “fracassou em promover os interesses” estadunidenses.

Diante da necessidade de uma nova onda expansionista do imperialismo como resposta à crise econômica aberta em meados de 2007, que teve seu pico em 2008 mas está longe de acabar, os EUA apostam numa postura diferenciada para tentar levar o processo de abertura econômica da Ilha à restauração capitalista.

A comoção gerada na esquerda mundial com o anúncio levou o próprio comandante da Revolução, Fidel Castro, a declarar que não confia nos Estados Unidos. Um alerta importante porque, como também disse o atual presidente cubano, Raúl Castro, em discurso na Terceira Cúpula da

Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe (CELAC), a retomada de relações EUA/Cuba só pode ser séria se o bloqueio for efetivamente suspenso, se for devolvido o território da Ilha invadido onde está instalada a base norte-americana de Guantánamo (onde presos são sistematicamente torturados), se Cuba for retirada da lista de países “terroristas” e a soberania cubana for de fato respeitada.

A esperança grega

No Mediterrâneo, o resultado das eleições na Grécia pode inaugurar uma nova era após cinco longos anos de penúria enfrentada pela população. O governo encabeçado pelo Syriza anunciou no primeiro dia de mandato que cancelaria a determinação de privatizar a Empresa Pública de Energia, 14 aeroportos e o porto do Pireu. O salário mínimo foi aumentado em cerca de 30%. Funcionários públicos demitidos ilegalmente podem ser recontraçados e cerca de 300 mil famílias que tiveram o fornecimento de energia elétrica cortado por falta de pagamento receberão o serviço gratuitamente.

O novo governo grego também propõe reduzir em 50% a impagável dívida externa do país, principal nó das relações com a União Europeia.

Entre as prioridades do novo gabinete estão ainda o combate à corrupção e à sonegação. E foi anunciada a perspectiva de reabertura da TV pública, fechada em 2013.

Após ameaças diversas assumidas diretamente pelo governo alemão, no fechamento desta edição a Grécia negociava um acordo com o Eurogrupo que impunha recuos importantes (manter as privatizações já efetivadas) e submeter todas as decisões futuras aos mandatários da Zona do Euro. No entanto, ganhou um prazo de quatro meses para rever as medidas de austeridade que dilaceraram o país e discutir sua permanência na Eurozona. Neste período, poderá usar a dívida pública do país na negociação com bancos nacionais.

A mídia vem bombardeando o governo grego, e omitindo o fato de que a “austeridade” imposta pela Troika levou 1,4 milhão de cidadãos ao desemprego e a uma dívida pública de 317 bilhões de euros (175% do PIB do país). O motivo dos ataques midiáticos é que se a Grécia romper efetivamente com a cartilha do mercado internacional tende a gerar um efeito dominó em países como Espanha, Portugal e Itália - cujos povos também vêm pagando o alto custo da crise. Situação que tem levado ao crescimento do racismo, da xenofobia (preconceito contra imigrantes)

e islamofobia (preconceito contra o islamismo) e do terrorismo fundamentalista que devem ser repudiados. Como no caso do atentado contra a revista francesa Charlie Hebdo, que matou 12 pessoas, ou da ação de grupos como o chamado Estado Islâmico - ligado à Al-Qaeda e que atua no Iraque e na Síria - e o Boko Haram, que já matou centenas de mulheres, crianças e idosos na Nigéria.

Apoio às lutas dos povos contra a opressão e a exploração

As principais vítimas da política imposta ao mundo pelos Estados Unidos e a União Europeia são os pobres e trabalhadores, inclusive na chamada “guerra ao terror”, que é apenas uma forma de controlar as riquezas dos países e tentar retomar o controle sobre grupos antes financiados pelo imperialismo, como a Al-Qaeda.

Por isso, a diretoria do STU considera importante apoiar o povo cubano em sua luta pelo fim do embargo econômico, o povo grego que agora se levanta contra a Troika, os palestinos vítimas do Estado terrorista israelense, e todos os povos do mundo que se levantem contra a opressão e a exploração capitalista.

Com informações de agências de notícias.



Barack Obama e Raul Castro se cumprimentam durante o funeral do líder sul-africano Nelson Mandela, em dezembro de 2013. E manifestação na Praça Syntagma em apoio ao governo grego.



RETROSPECTIVA

Fernanda de Freitas

Uma greve histórica!

Greve unificada garantiu o respeito à data-base, resgatou protagonismo do Fórum das Seis e recolocou na pauta de debates com o Cruesp a retomada da isonomia salarial entre os trabalhadores das três universidades estaduais paulistas

Diretoria do STU

A greve das universidades paulistas foi vitoriosa na medida em que repôs o reconhecimento da data-base, garantiu o reajuste e o abono. Além disso, recolocou o papel do Fórum das Seis na centralidade da negociação, fazendo o CRUESP reconhecer que a suposta crise financeira tem relação com o financiamento repassado pelo governo do Estado, a política de expansão sem a devida contrapartida e a falta de transparência nas administrações, como se verificou na troca de acusações entre os próprios gestores na USP.

A greve também repôs a isonomia salarial entre as três universidades na centralidade do debate entre o Fórum e o CRUESP, assim como a discussão sobre as políticas de permanência estudantil.

Foram 115 dias de paralisação das atividades, que venceram a intransigência do Cruesp e a tentativa do Governo do Estado e das reitorias de descaracterizar o Fórum das Seis e atacar as conquistas. A luta também foi importante para colocar para a sociedade a pauta dos trabalhadores, dialogando com a população sobre quem são os verdadeiros responsáveis pelo que a mídia vem chamando de “crise das universidades estaduais paulistas”.

Os trabalhadores se recusaram a pagar a conta da crise

O Sintusp e os trabalhadores da USP foram os alvos principais do discurso de que a “crise” orçamentária na educação superior paulista seria causada por altos salários e não pelos 20 anos de congelamento do repasse às instituições combinado com má gestão. A saída aponta-

da pelo reitor Marco Antônio Zago, de evidente viés neoliberal, inclui demissões incentivadas, flexibilização de jornada e desvinculação dos hospitais, além da cessão de prédios ao governo do Estado. Além do corte de ponto durante a greve, numa afrontosa política antissindical que foi derrotada no Judiciário. Em entrevista à revista “Veja” no curso da greve, Zago chegou a afirmar que era preciso derrotar os sindicatos.

Os reitores da Unicamp e Unesp se colocaram na posição de “refêns” da USP e não agiram com mais rigor para que a negociação junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) avançasse rapidamente.

Unidade foi fundamental para garantir direitos

Na Unicamp o reitor José Tadeu Jorge atuou para dividir os trabalhadores, negociando primeiro um abono de 21% com os professores, que saíram da greve após 63 dias. Depois, a pressão começou a ser feita sobre os trabalhadores técnico-administrativos, disseminando a ideia de que haveria disposição de negociar itens da pauta específica por parte da reitoria e não do sindicato.

A reitoria também usou a tática de criminalizar o movimento, com a aplicação de multas judiciais. Chegou-se ao absurdo da Universidade acionar o judiciário mediante alegações inverídicas de que os grevistas estariam impedindo o funcionamento do centro cirúrgico. A 2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas chegou a conceder liminar à Unicamp, sem sequer ouvir o STU, apontando uma absurda multa de R\$ 50 mil caso o sindicato continuasse com as ações da greve.

Foi nesse cenário que a diretoria proporcional do STU, recém-empossada, conduziu a greve, apostando na mobilização unitária, mas também procurando conduzir a mobilização dialogando com os trabalhadores no sentido da unidade, particularmente dos que não estavam em greve e viam o abono dado aos docentes como a solução para o movimento.

Foi preciso um movimento importante dos trabalhadores, a partir da deliberação da assembleia do dia 18 de agosto (foto) de seguir a greve cobrando propostas efetivas à reitoria em relação à pauta específica. A partir daí, ficou evidente que a reitoria não estava disposta a negociar a pauta específica durante a greve e jogava com isso pra fazer jogo de cena. A greve continuou, tencionando uma solução para o reajuste na data-base junto ao Cruesp e discutindo a defesa da universidade pública.

A greve dos funcionários da Unicamp durou cerca de 100 dias sem que o Cruesp fizesse nenhum gesto no sentido da negociação. Essa situação só mudou quando o reitor da USP acionou o Judiciário buscando a ilegalidade do movimento, o que acabou sendo um “tiro no pé”. O TRT considerou a greve legal, determinou pagamento dos descontos e reconheceu a data-base, o reajuste pelo índice FIPE e ainda incorporou a proposta de abono como forma de compensar o atraso no reajuste legal.

Com os reitores e o Governo do Estado derrotados no intento de punir os trabalhadores, promover descontos de salários, restringir o direito de greve e impor o reajuste zero, o movimento foi vitorioso, apesar de não ter sido alcançado o índice reivindicado de cerca de 10%.

Ficou mais uma vez a marca da

luta quando querem arrochar os salários. Aliás, essa resistência já é histórica nas nossas lutas. Desde a instituição da autonomia universitária, só em 1999 nos impuseram reajuste zero, mesmo assim enfrentaram uma importante e vitoriosa greve em 2000. Em que pese as diferentes realidades de cada universidade, prevaleceu a luta unitária e o fortalecimento do Fórum das Seis.

Venceu a defesa da universidade pública

Ficou evidente nesse movimento que quem defende a universidade pública são as entidades sindicais e estudantis, e que os reitores só se mexem quando são pressionados pelas categorias mobilizadas. Basta ver que precisou mais de cem dias de greve para o Cruesp reconhecer que é preciso cobrar mais recursos do governo para as universidades.

As lições desses 115 dias de greve são muitas. Talvez a mais importante seja para os reitores: não se resolve qualquer crise atacando o maior patrimônio das universidades, que são os trabalhadores. Descontar salários, reprimir, usar da violência policial de nada adiantou diante da legitimidade da causa - defender direitos e a universidade pública. Também não adianta judicializar as greves para intimidar os trabalhadores. Os reitores precisam aprender que a saída é respeitar as entidades e a mesa de negociação. Todas as vezes que isso não aconteceu a reposta dos trabalhadores foi imediata: Greve!!!

A luta continua para avançar nas reivindicações da categoria, principalmente a isonomia, que vai exigir dos trabalhadores continuar a pressão e a mobilização no início de 2015.

Retrospectiva

2014

A greve unificada de 2014 quadro a quadro

Confira a evolução da luta da categoria em imagens, para renovar em 2015 a compreensão de que lutar é preciso.

MAIO

0% de reajuste não dá!
10% de reajuste
30% na saúde
e ISONOMIA JÁ!



Fernanda de Freitas

● 23/05 - Início da greve.

● 21/05

Assembleia geral confirmou indicativo apontado no dia 14 daquele mês, pela entrada da categoria em greve após anúncio do Cruesp de que o reajuste em 2014 seria ZERO.

● 27/05

Primeiro ato unificado, durante audiência pública sobre o financiamento das universidades, na Alesp. Consu aprovou moção indicando que Tadeu deveria interceder pela retomada das negociações com os servidores.



Fernanda de Freitas

● 29/05

Debate "A greve no contexto da defesa da universidade pública", promovido pelo STU, DCE e Adunicamp.



Leon Cunha

JUNHO

● 02/06

Servidores fecham acesso à caldeira do RU.



Leon Cunha

● 03/06

Ato unificado em frente à reitoria da Unesp, em São Paulo.



Leon Cunha

● 09/06

Primeira reunião com o reitor após o início da greve.



Leon Cunha

● 10/06

Ato unificado em frente à reitoria da USP.



Luiza Giovancarli

● 18/06

Aula pública unificada na Praça da Sé, com apoio de partidos de esquerda e centrais sindicais à greve.



Leon Cunha

● 25/06

Ato em frente à reitoria e aula pública sobre a situação da Universidade, em parceria com a Adunicamp.



Fernanda de Freitas

● 30/06 - Assembleia geral decide continuar a greve.

JULHO

Leon Cunha



● 01/07

Novo ato em frente à reitoria da Unesp, contra a intransigência do Cruesp e pela reabertura de negociações. E nova manifestação na Alesp.



Leon Cunha

● 03/07

A mobilização conquista a primeira reunião durante a greve com o Cruesp (realizada em 3/07), que mantém o reajuste zero.



Fernanda de Freitas

● 16/07

Nova reunião com a reitoria: não avançam as negociações e assembleia no dia 17 decide continuar a greve.

● 25/07

"Festa-ato de 2 meses de greve" e exposição comemorativa dia 25 de julho, na reitoria



Fernanda de Freitas

● 22/07

Grevistas dialogam sobre reivindicações com participantes do 19º COLE.

● 28/07

Ato-debate sobre judicialização da greve e a criminalização dos movimentos sociais, com participação do jurista Jorge Luiz Souto Maior. No dia 23, o presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Altino Prazeres, já havia dialogado com a categoria sobre o tema.



Fernanda de Freitas



Fernanda de Freitas



Leon Cunha

AGOSTO



Fernanda de Freitas

● 05/08

Ato em frente ao Consu volta a cobrar negociação efetiva.



Fernanda de Freitas

● 07/08

Assembleia geral, na Praça da Paz, com mais de mil trabalhadores, decide manter a greve e apresentar contraproposta à reitoria.



Leon Cunha

● 31/07

"Mulheres e Negras: o feminismo negro em debate", Pça da Paz.

SETEMBRO



Leon Cunha

● 02/09

Ato SOS USP, na Praça do Relógio da Cidade Universitária do Butantã, em SP.



Leon Cunha

● 30/08

#GrevenoUPA: trabalhadores dialogam com professores e estudantes da rede estadual que participaram do evento Universidade de Portas Abertas.

● 03/09

Ato durante a reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp.

● 09/09

Novo ato durante a reunião com o Cruesp, onde finalmente foi apresentada a proposta de acordo que possibilitou o fim da greve.



Leon Cunha



Leon Cunha



Fernanda de Freitas

“Que notícias me dão dos amigos? / Que notícias me dão de você? / Sei que nada será como está / Amanhã ou depois de amanhã / Resistindo na boca da noite um gosto de sol”
(Nada será como antes, Elis Regina - composição: Milton Nascimento)

LUTAPORDIREITOS

Segue a mobilização em defesa da isonomia

Categoria exige finalização da retomada da isonomia dos pisos salariais com a USP até abril de 2015.

Principal reivindicação da categoria, a isonomia dos pisos salariais com a USP foi deixada à margem pelo reitor Tadeu, que não cumpriu o compromisso de gestão assumido com os trabalhadores. O atraso no cronograma estabelecido pelo próprio reitor José Tadeu Jorge e as afirmações feitas por ele nas últimas reuniões de negociação apontando um risco de que a isonomia não se concretize até 2015 devido à oscilação negativa dos repasses do ICMS, têm indignado a categoria.

Diante deste cenário, os trabalhadores retomaram a mobilização na Unicamp pela efetivação da isonomia e prometem dar continuidade às reuniões de unidades, preparar a eleição do Conselho de Representantes (CR) para os meses de fevereiro e março de 2015 e, em março, realizar nova assembleia para cobrar o compromisso assumido pelo reitor de finalizar o processo de isonomia até abril.

A categoria já deu o seu recado: não aceitará nenhum direito a menos e nenhum retrocesso nas conquistas.

Alckmin não tem compromisso com a educação e segue cortando verbas

Destinação orçamentária atual do ICMS (9,57%) foi definida em 1995. Nesses 20 anos as universidades cresceram exponencialmente e ganharam projeção internacional, mas desinvestimento pode afetar qualidade do ensino.

Diante da rejeição por parte do governo Geraldo Alckmin e da Assembleia Legislativa às propostas de solução para a crise das universidades públicas apresentadas pelo Fórum das Seis, as entidades decidiram acelerar a construção da campanha salarial deste ano.

Além de rejeitar as emendas propostas pelo Fórum à Lei Orçamentária deste ano, em janeiro Alckmin editou o decreto 61.061 contingenciando recursos das universidades estaduais paulistas em 2015 (R\$ 36.096,793 milhões na Unesp, R\$ 121.073,753 milhões na USP e R\$ 48.891,685 milhões na Unicamp).

Nos 20 anos de congelamento do percentual do ICMS destinado às estaduais paulistas (9,57% conquistados após a greve de 1995), as instituições cresceram inúmeras vezes em quantidade de professores e estudantes, e também na oferta de vagas. Mas nem mesmo os acréscimos pactuados com o governo estadual para avançar nesse crescimento (caso da implantação do campus de Limeira da Unicamp) foram respeitados.

O professor da Universidade de São Paulo e diretor da Adusp, Francisco Miraglia, avalia que a crise é “grave e estrutural. Se as coisas continuarem assim, daqui a dois ou três anos não terá mais dinheiro pra pagar salários. Então, o Fórum das Seis propôs mudanças na lei orçamentária para resolver os problemas de 2015 [que não foram aprovadas na Alesp]. E também tem outra proposta para a lei de diretrizes orçamentárias de 2016. Se medidas não foram tomadas, em 2015, em 2016 teremos graves problemas”.

“A crise é grave e estrutural”

Ao longo dos últimos anos Miraglia tem sido um dos principais analistas do financiamento da educação superior do Estado de São Paulo, contribuindo decisivamente para as formulações do Fórum das Seis. As propostas das entidades visam não apenas garantir dignidade salarial, mas defender a universidade pública.

Ações do Fórum das Seis na tramitação da LOA 2015

Ao longo do processo de tramitação da Lei Orçamentária Anual 2015, cuja votação ocorreu no apagar das luzes o ano passado (na madrugada do dia 19 de dezembro), as entidades que integram o Fórum das Seis desenvolveram uma série de ações para buscar apoio no parlamento às propostas de valorização da educação superior no Estado de São Paulo.

Emenda formulada pelo Fórum previa um acréscimo orçamentário de liberações mensais de, no mínimo, o percentual global de 0,43% da arrecadação do ICMS e 0,43% das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS de exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos efetivamente realizadas. Além do fim dos descontos das verbas destinadas à rubrica Habitação do orçamento estadual no cálculo do repasse às universidades.

Mobilização

Assembleias iniciam debate sobre a campanha salarial

Diante do descumprimento do calendário da isonomia salarial com a USP e da postura irresponsável com as universidades do governo estadual, o STU ressalta a importância da participação da categoria no debate de organização da campanha salarial deste ano.

Participe das atividades e dialogue com seus colegas sobre a importância da mobilização coletiva para garantir conquistas. Confira o calendário.

04/03 - 1ª rodada de assembleia da campanha salarial 2015 e eleição à plenária da FASUBRA.

09/03 - Reunião do Fórum das Seis para avaliar a primeira rodada de assembleias.

19/03 - 2ª rodada de assembleia da campanha salarial 2015.

26/03 - Assembleia orçamentária do STU e reunião do Fórum das Seis.

27/03 - Previsão de entrega da Pauta Unificada 2015 ao Cresp.

Mobilização

Derrubar a PEC Pedro Tobias

O professor Francisco Miraglia também falou sobre o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição Estadual 07/2014. A PEC, apresentada pelo deputado estadual Pedro Tobias (PSDB), é considerada pela diretoria do STU um ataque à autonomia universitária ao repassar a definição de vencimentos na USP, Unesp e Unicamp para o Governo do Estado.

Para Miraglia, “o projeto do jeito que está, está mal escrito. Ele imagina que o salário do reitor seja separado do salário do docente, por exemplo. Dependendo de como progredir, pode ser um ataque à autonomia universitária. Se resolverem sentar e conversar, pode-se fazer de um jeito que discuta os salários sem que se despreste a autonomia universitária”.

UNIVERSIDADE

Reforma dos estatutos da Unicamp está prevista para abril de 2015

No ano de 2014 o STU realizou uma intensa mobilização para abrir um processo de debates que culminassem na realização de uma estatuinte paritária. É evidente que os estatutos da Unicamp não correspondem mais aos anseios dos trabalhadores e estudantes da universidade.

Em novembro, a direção do sindicato analisou a minuta das alterações estatutárias apresentada pelo Grupo de Trabalho nomeado pela reitoria. O resultado da discussão, realizada durante o período de greve, foi encaminhado ao GT e está em curso o con-

teúdo da proposta apresentada pelo STU. A previsão é que o processo de consulta seja encerrado em abril deste ano, com a votação das propostas no Conselho Universitário.

Para o STU é importante a perspectiva de realizar a reforma dos

estatutos de maneira democrática, com a participação da comunidade acadêmica.

O sindicato considera positivas as inclusões da necessidade de adoção de “políticas inclusivas”; a incorporação da área de saúde no estatuto,

para além do HC, por fortalecer a luta pelo vínculo com a Unicamp; o avanço no sentido de considerar técnico-administrativos e docentes como servidores, acabando com o negativo conceito de funcionários “não-docentes”.

As principais propostas do STU:

ESTATUINTE

O STU levantará a bandeira da Estatuinte paritária como forma mais democrática de debater a reforma dos Estatutos. Esta proposta será levada à Adunicamp e ao DCE.

ELEIÇÕES DIRETAS E PARITÁRIAS

O sindicato também defenderá que as eleições de diretores de unidades e do reitor sejam realizadas de forma direta e paritária, incluindo as direções dos colégios (que hoje são nomeadas).

DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DA UNIVERSIDADE

Conceitos como “espírito empreendedor” devem ser retirados da minuta, por não se adequarem à função pública da Universidade (a proposta nesse sentido retrocede em relação ao Estatuto em vigor), e deve ser melhor discutido o conceito de

“desenvolvimento sustentável”.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO

O STU se manifesta contra as possibilidades abertas na minuta de estabelecimento de convênios privados para ensino, o que já acontece na pesquisa e na extensão universitárias e é uma forma de privatização da Universidade.

APROFUNDAR DEBATES

Há temas que devem ser melhor esclarecidos junto à comunidade universitária, como o caráter pedagógico dos colégios técnicos; o papel da extensão na inclusão, da gratuidade e da formação dos trabalhadores seguindo os princípios da administração pública; as diretrizes de regulamentação da carreira PAAPE (que passa a integrar o estatuto); e o regime disciplinar na Universidade.

REPRESENTAÇÃO NO CONSU

A proposta prevê a inclusão de mais um representante dos servidores no CONSU, já definido como da carreira de pesquisador, como forma de compensar o aumento da representação indicada.

Hoje existe uma distorção na representação, pois a Unicamp ao longo dos anos criou novas unidades e reduziu a proporção de 30% de não docentes. O STU defende a paridade na representação e não aceita que seja reduzida a proporção das bancadas não docentes. Por isso, o sindicato reivindica a ampliação imediata da bancada dos técnico-administrativos, e também defenderá que a bancada de servidores seja eleita em processo organizado pelos trabalhadores.

ATRIBUIÇÕES DO CONSU

Ainda no que toca ao CONSU, o sindicato propõe acrescentar às atribuições do Conselho a

revisão orçamentária e criação de mecanismos de transparência na gestão do orçamento.

ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA

Nesse sentido também a minuta é um retrocesso em relação ao Estatuto. Pelo estatuto em vigor, a assembleia universitária é um fórum deliberativo composto por toda a comunidade universitária, em caráter extraordinário é convocada pelo reitor mediante aprovação do Conselho Universitário.

O sindicato defenderá contra a minuta e pela manutenção da possibilidade de convocação da assembleia universitária extraordinária pelo CONSU, quando necessário, e a discussão de que o conceito de comunidade universitária - ampliando a compreensão no sentido de que esta é extensiva a todos que estudam ou exercem atividade laboral permanente na Unicamp, independente do vínculo.

Antirracismo

STU defende cotas para negros nos concursos públicos

A questão das cotas para negros e negras no concurso público é uma discussão antiga no STU, tendo sua defesa aprovada em congresso. Recentemente, a proposta surgiu no CONSU e foi constituído um Grupo de Trabalho para discussão do tema.

O GT teve sua primeira reunião e as discussões vêm sendo retomadas na Universidade. É importante ressaltar a iniciativa do IFCH, que incentivou diversos debates sobre o tema.

Na Unicamp é possível observar que o perfil do servidor tem mudado ao longo dos anos. Os concursos públicos vêm elitizando o acesso ao trabalho na Universidade, excluindo os negros e pobres. Desta forma, é imprescindível discutir que as co-

tas sejam estendidas também para os concursos públicos (como previsto na Lei Federal 12.990/2014), possibilitando maior acesso aos cargos públicos por parte da população que por 358 anos foi vítima da escravidão e depois da Lei Áurea sempre sofreu com o racismo e as desigualdades sociais que a formação histórica brasileira lhes impôs.

No dia 18 de dezembro a Assembleia Legislativa aprovou proposta do deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT) estabelecendo a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para candidatos negros. Mas o governador Gerlando Alckmin vetou integralmente o texto no dia 3 de fevereiro deste ano.



Militantes comemoram a aprovação de Política de Cotas no vestibular da Universidade Estadual de Santa Cruz (BA)

*“Glória a todas as lutas inglórias /
Que através da nossa história /
Não esqueçamos jamais / Salve o navegador negro!
Que tem por monumento, as pedras pisadas no cais.”
(O mestre-sala dos mares, Elis Regina - composição: João Bosco e Aldir Blanc)*

OPRESSÕES

8 de março: um dia de luta

Como parte da campanha “Lugar de mulher é na luta!”, neste ano o STU distribuirá uma cartilha sobre a importância da organização sindical das mulheres na Unicamp. Não deixe de pegar a sua.



res do que o dos homens e assédio; dentro de casa, quando a mulher é responsabilizada por cuidar do lar e de toda a família muitas vezes sem ajuda do parceiro; as mulheres sofrem com a falta de creche para seus filhos, fato que as impede muitas vezes de estudar e trabalhar; sofrem com um transporte público precário, onde muitas vezes passam por abusos; com a falta de iluminação das vias públicas entre diversas outras violências.

Mulheres e o serviço público

O 8 de março é uma data importante para marcar a luta das mulheres e também comemorar as conquistas históricas do movimento feminista. Infelizmente, ainda falta muito para que as mulheres conquistem a igualdade perante os homens. As mulheres ainda são vítimas de diversas violências físicas, psicológicas e institucionais. Dados do 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que 50.320 mil casos de estupro foram registrados no Brasil em 2013. É importante frisar que muitas mulheres violentadas não denunciam, o que faz com que este número seja ainda maior.

O estudo “Violência contra a Mulher: feminicídios no Brasil” realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2013 revela que ocorreram, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, de 2001 a 2011, no Brasil.

Em dezembro de 2014, foi aprovado no plenário do Senado um projeto de lei que cria o tipo penal de feminicídio. O termo abrange a violência doméstica e familiar, a violência sexual, a desfiguração ou mutilação da vítima ou o emprego de tortura ou qualquer meio cruel e degradante. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados.

É importante destacar que a violência sofrida pelas mulheres é estimulada diariamente na televisão, onde a mulher é diversas vezes objetificada e inferiorizada; no mercado de trabalho, onde as mulheres sofrem com o sexismo, salários meno-

res do que o dos homens e assédio; dentro de casa, quando a mulher é responsabilizada por cuidar do lar e de toda a família muitas vezes sem ajuda do parceiro; as mulheres sofrem com a falta de creche para seus filhos, fato que as impede muitas vezes de estudar e trabalhar; sofrem com um transporte público precário, onde muitas vezes passam por abusos; com a falta de iluminação das vias públicas entre diversas outras violências.

Levantamento feito pelo Broadcast, serviço de notícias da Agência Estado em tempo real, com dados do Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento revela que a participação feminina no mais alto cargo do serviço público federal caiu de 23% no fim do governo Lula para 20% em maio de 2014. Mesmo representando 55% dos contratados no serviço público federal, de acordo com dados do IBGE (divulgados em 2012), as mulheres ainda não ocupam a maioria dos cargos de chefia e diretoria. Para pegar um exemplo mais próximo, na Unicamp as servidoras técnico-administrativas mulheres são maioria (são 5013 mulheres e 3215 homens), porém, os cargos de chefia são ocupados majoritariamente por homens. Analisando apenas os cargos de chefia, direções de unidades e reitoria vemos que há 413 mulheres ocupando estes cargos enquanto há 569 homens nestas funções.

Sabemos que este quadro de violência e machismo apenas pode mudar com a organização das mulheres. O 8 de março é uma data de reflexão para todas as mulheres em luta por um mundo justo, no qual todos sejam respeitados.

Ao longo de 2014, e especialmente durante a greve unificada das universidades estaduais, as mulheres fortaleceram sua organização e participação na vida sindical - o que é fundamental para combater a opressão, a superexploração e também o machismo no movimento.

De cima para baixo: reuniões da Coordenação de Mulheres do STU, exibição do filme ‘Revolução em Dageham e debate sobre o feminismo negro e a situação das trabalhadoras.



Fotos: Fernanda de Freitas



Leon Cunha



CONSCIÊNCIA NEGRA

Ações da luta antirracista marcaram mês de novembro na Unicamp

Debates, apresentações culturais, torneio de futebol e homenagem à ex-diretora do STU e lutadora do movimento negro Maria de Lourdes do Amaral colocaram na pauta da Universidade peso do racismo estrutural e estruturante que marca a sociedade brasileira e mantém violações a direitos dos negros. A realização da semana da Consciência Negra, que neste ano chegou à 13ª edição, é um compromisso do sindicato com o enfrentamento à discriminação racial que faz com que 77% das pessoas assassinadas no Brasil sejam jovens negros (dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública), muitos deles vítimas de violência policial nas periferias das grandes cidades.



Fernanda de Freitas



Fernanda de Freitas



Felipe Campos



Leon Cunha

Momentos da 13ª Semana da Consciência Negra da Unicamp - STU. Em sentido horário: atividade de abertura, palestra sobre xenofobia cordial, debate sobre genocídio da juventude negra, apresentação do coral infantil Jd. Maria Rosa, plantio do Ipê em homenagem à Maria de Lourdes e debate 'Maria, Marias'.



Beeroth de Souza



Leon Cunha



Leon Cunha

Quem foi Maria de Lourdes do Amaral

Diretoria do STU

Já faz parte do calendário político e social da Universidade o evento denominado Semana da Consciência Negra da Unicamp - STU, que todos os anos homenageia uma pessoa ou entidade que tenha com seus atos ou ações colaborado para um melhor convívio entre os povos, com um foco especial na raça negra e suas particularidades concernentes ao racismo. Este ano julgamos por bem homenagear a saudosa Sra. Maria de Lourdes do Amaral (a Maria da creche), militante nas questões de raça pela Unegro (União de Negr@s pela Igualdade) e pela UnB (União Nacional de Mulheres).

Na sua militância na Unicamp Dona Maria foi diretora da Assuc e do STU, estando sempre a frente da luta do sistema educativo desde sua criação. Quando se aposentou abraçou a luta dos aposentados e se dedicou a estruturação do Departamento de aposentados do STU. Sua militância no serviço público, seja na direção, como conselheira, representante setorial ou cipeira, teve sempre uma maneira leal e verdadeira de tratar a tudo e a todos. Até quando estávamos enviando propostas para a Constituinte, ela participou ativamente, dando maior

atenção aos assuntos referentes à educação infantil.

Seria impossível colocar aqui o que realmente foi a vida de dona Maria, seja na sua comunidade, sua cidade, Estado e até em nível nacional, pois após sua aposentadoria dedicou-se junto com alguns companheiros à defesa do aposentado, inserindo de vez o nome do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp no cenário mundial na luta em defesa dos aposentados. Vivaz, lépida, contestadora, apaziguadora, argutiva, mãe, avó, amiga... tantos adjetivos poderiam ser usados para defini-la. Mas só uma palavra no momento pode definir o que sentimos: “saudade” da tia Maria da creche da Unicamp, da dona Maria da comunidade, da amiga das lutas sindicais, da guerreira de todas as frentes de lutas contra a opressão, da Maria socialista, comunista, da Maria humana, da eterna guerreira, da insubstituível mulher. Sempre que ouvirmos a música “Maria, Maria”, de Milton Nascimento, estará sendo projetado em nossas mentes sua viva imagem. Mulher de fibra, filha de Pedra.*

* Em sua certidão de nascimento consta: “filha de PEDRA DE LIMA BORGES”.



Arquivo STU

**“Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria”**

“Um marinheiro me contou / Que a boa brisa lhe soprou /
Vem aí bom tempo /
Um pescador me confirmou / Que um passarinho lhe cantou /
Vem aí bom tempo”
(Bom tempo, Elis Regina - composição: Chico Buarque)

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Sindicato convoca assembleias para eleger delegados ao XXII Confasubra

Confira as contribuições aos debates que acontecerão no Congresso e participe do processo. A organização nacional da categoria é um instrumento

Facebook Fasubra Sindical



Plenária nacional, em dezembro do ano passado, aprovou o regimento e convocatória do XXII Congresso da Fasubra.

A diretoria do STU convida todos os servidores sindicalizados a participar das assembleias para eleição de delegados ao XXII CONFASUBRA (Congresso da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil). O congresso acontece de 4 a 8 de maio na cidade mineira de Poços de Caldas.

Participam do evento trabalhadores e trabalhadoras ativos, aposentados e pensionistas, incluídos os contratados pela Funcamp, desde que estejam quites com as obrigações sindicais.

As teses ao XXII CONFASUBRA estão disponíveis para leitura no site da Federação (www.fasubra.org.br) e também na página do STU na internet (www.stu.org.br). São oito contribuições que abordam temas como situação política e econômica do país e do mundo, propostas para a ação sindical e defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

O congresso elege a diretoria

da Federação no período de 2015 a 2018.

Temas em debate:

- I** - Conjuntura Nacional e Internacional;
- II** - Organização e Estrutura Sindical;
- III** - Relações de Trabalho e Concepção de Estado (HU x EBSERH, jornada, carreira, terceirização);
- IV** - Educação (modelo de universidade: autonomia, democracia, avaliação, expansão e acesso, PNE);
- V** - Seguridade Social (Previdência, Aposentados, Saúde do Trabalhador);
- VI** - Reforma Estatutária;
- VII** - Prestação de Contas;
- VIII** - Eleição da Direção Nacional;
- IX** - Combate às opressões (gênero, raça e sexualidade).

Assuntos de Interesse para as mesas:

- I** - Meio Ambiente;
- II** - Comunicação Sindical;
- III** - Juventude;
- IV** - Cultura, Esporte e Lazer;
- V** - Formação Política;
- VI** - Instituições Estaduais.

ASSEMBLEIAS

Eleição de delegados ao XXII CONFASUBRA

04/03 - Aposentados (9 horas, auditório do IFCH)

08/04 - Piracicaba e Limeira

14/04 - CPQBA/Paulínia

15/04 - Campinas

OBS.: Os horários e locais das assembleias serão informados no site e no Boletim do STU.

EXPEDIENTE

JORNAL DO STU É UMA PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 800, Ciclo Básico I - Cidade Universitária Zeferino Vaz - Barão Geraldo, Campinas/SP - CEP: 13.081-970 - Caixa Postal 6167. Tel: (19) 3521-7412 / 3521-7147 / 3289-4242 / 3289-3502. Ramais: 17694 / 17147 / 17412.

DIRETORIA GESTÃO "2014-2017" Margarida Barbosa, João Raimundo M. de Souza (Kiko), Marcílio Ventura, Elisabeth Cardozo, Sílvia Antônia F. Pereira, Luiz Manoel da Silva, José Aparecido Calderaro, Gislaire Aparecida do Carmo, Beeroth de Souza, Luritan Felipe Muniz (Luri), Diego Machado de Assis, Danielle Iwamura Brandemburgo Consolino, Paulo Eduardo de Lima Gouveia, Reginaldo A. Nascimento (Biroka), Valério Freire Paiva, Ricardo Vieira Cioldin, Márcio Massamitsu Ota, Francisco Genézio L. de Mesquita, Roberto Carlos de Souza (Fubá), Conceição Aparecida da Silva, Renata Lopes Prates, José Carlos de Lara, Marina Rebelo Tavares, Adriana Cristina de Toledo Stella, Sandra Aparecida de A. Ramos, José Vitorio Zago, Osvaldo Henrique F. de Sales.

COORDENAÇÃO DE IMPRENSA: JOÃO RAIMUNDO M. DE SOUZA (KIKO), MARINA REBELO E VALÉRIO FREIRE PAIVA. **EDIÇÃO:** LUCIANA ARAÚJO **TEXTOS:** LUIZA GIOVANCARLI E LUCIANA ARAÚJO. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** LEON CUNHA, PEDRO LUCAS E GUILHERME MOURA. **TIRAGEM:** 9.000 EXEMPLARES. **IMPRESSÃO:** SILVAMARTS.

INTERNET: www.stu.org.br **E-MAIL:** imprensa@stu.org.br **FACEBOOK:** [stu.unicamp](https://www.facebook.com/stu.unicamp)